

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ENTRAVES PARA AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA¹

Indaia Dias Lopes², David Basso³.

¹ Projeto de Pesquisa realizado no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI.

² Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI, bolsista PROSUP/CAPES, indaia_lopes@yahoo.com.br

³ Professor Doutor do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI, Orientador, davidbasso@unijui.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as exportações brasileiras de carne bovina. Apresenta-se inicialmente uma caracterização da pecuária bovina de corte no país, uma evolução das exportações brasileiras no período mais recente e os principais entraves enfrentados por esta cadeia, com destaque especial para as barreiras não tarifárias. Por fim, são apresentadas as considerações finais inerentes a esta pesquisa.

2. METODOLOGIA

Para a realização do trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental. Os dados coletados referentes à produção e às exportações brasileiras de carne bovina tiveram como fonte de referência os sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - ABIEC. A análise dos fatores internos e externos que implicam no desempenho da produção e das exportações de carne bovina baseou-se na revisão de literatura (livros e artigos selecionados no Portal de Periódicos da CAPES).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização da pecuária bovina no Brasil

O Brasil possui uma área de 167 milhões de hectares de pastos, com lotação média de 1,23 cabeças de gado por hectare e encerrou o ano de 2014 com o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, com, aproximadamente, 212,8 milhões de cabeças de gado, ante um rebanho de cerca de 170 milhões de cabeças no ano 2000 (Anuário da Pecuária Brasileira - ANUALPEC, 2015).

O principal obstáculo encontrado neste setor, no entanto, é a produtividade, pois, apesar do país possuir mais que o dobro de animais que os Estados Unidos (EUA), por exemplo, que conta com 86 milhões de cabeças de gado, a taxa de desfrute brasileira ainda é baixa (ANUALPEC, 2015).

Os EUA produzem mais carne anualmente que o Brasil, mesmo possuindo menos da metade do rebanho bovino brasileiro, no entanto este país utiliza sistema intensivo e semi-intensivo em grande escala. Já no Brasil predomina o sistema boi a pasto, alguns casos com suplementação de rações balanceadas e silagem.

A bovinocultura brasileira possui diferentes sistemas de produção, dentre eles: confinamento, semiconfinamento e extensivo. Esta disparidade de métodos reflete nos níveis de produtividade do país neste setor e também estão vinculadas a uma série de fatores, dentre os quais se pode elencar: estrutura fundiária, estrutura do capital produtivo, fertilidade dos solos, clima, tipo de tecnologia empregada, com destaque para este último, incluindo: suplementação estratégica, cruzamento de

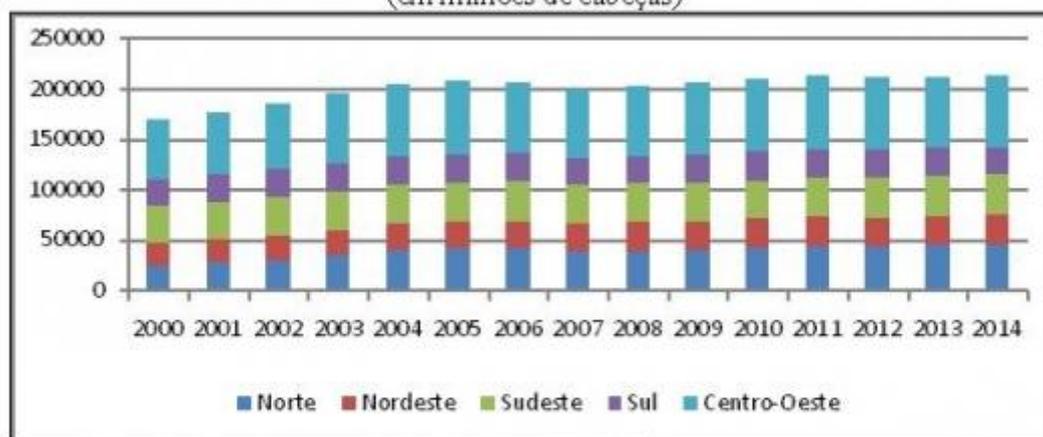
Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

raças geneticamente superiores, o uso de novas variedades de forrageiras para a alimentação do animal, os “brincos” que possibilitam identificar o animal, as vacinas, além de outros métodos (PROCÓPIO; CORONEL; LÍRIO, 2011).

No que se refere ao efetivo do rebanho bovino por grandes regiões, eles se encontram distribuídos conforme o gráfico:

Gráfico 1: Efetivo bovino brasileiro, total e por grandes regiões produtoras, 2000-2014
(em milhões de cabeças)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE, 2016.

Como se pode observar no Gráfico 1, o rebanho brasileiro de bovinos de corte apresenta três situações marcantes ao longo do período 2000-2014. Entre 2000 e 2004 temos um período de crescimento, saindo de aproximadamente 170 milhões de cabeças para algo em torno de 200 milhões. Entre 2004 e 2009, com pequenas oscilações, o rebanho estabiliza-se próximo a 200 milhões de cabeças. De 2010 a 2014 acontece uma elevação com o rebanho estabilizando-se próximo a 212 milhões de cabeças.

A região Centro-Oeste é a que concentra a maior participação relativa do rebanho de bovinos de corte do Brasil, com aproximadamente um terço do rebanho total, variando entre 60 a 72 milhões de cabeças ao longo de 2000 a 2014. A região Norte conquista a segunda colocação em número de cabeças de gado de corte a partir de 2005, distanciando-se gradativamente, nesta posição, em relação à região Sudeste (terceira colocada) até o final do período. Enquanto o rebanho na região Sudeste se mantém estagnado entre 37 a 39 milhões de cabeças, o rebanho da região Norte cresce de 25 para 45 milhões de cabeças ao longo do período. Com rebanhos menores de 30 milhões de cabeças, as regiões Nordeste e Sul ocupam a quarta e quinta colocação.

A maior concentração do rebanho regiões Centro Oeste e Norte devem manter esta concentração principalmente em função da expansão das áreas agrícolas do sul do Brasil. Outros dois fatores

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

também influenciam esta situação, sendo a região sudeste afetada há mais de um ano pela estiagem e também a expansão da agricultura sobre as áreas de cerrado, em especial as pastagens degradadas (ANUALPEC, 2014).

3.2 As Exportações Brasileiras de Carne Bovina

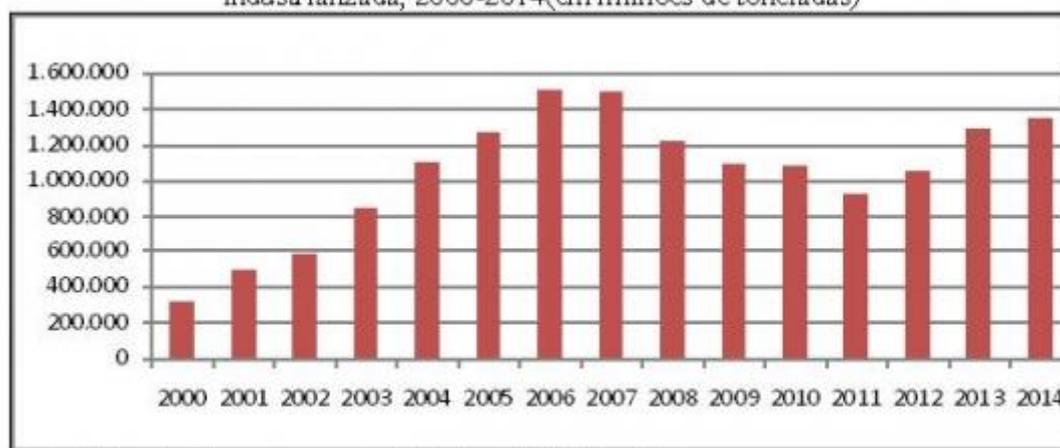
O agronegócio brasileiro representou cerca de 23% do total do PIB da economia brasileira em 2014, sendo que as atividades agrícolas representam em torno de 70% e a pecuária 30% do valor produzido no ano, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016). A carne bovina ocupa lugar de destaque na balança comercial brasileira e é um dos itens que mais cresce no agronegócio.

Atualmente o Brasil responde por 17% da produção mundial de carne bovina, atrás dos EUA com 19%. O Brasil é o maior exportador deste produto, e de acordo com projeções da ABIEC também será o maior produtor em cinco anos (ANUALPEC, 2015). A Austrália poderia competir com o Brasil, no entanto possui limitações devido à falta de água, já os EUA não possuem espaço para crescer.

Conforme estimativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para o ano de 2022, cerca de 80% da produção de carne bovina deve ser oriunda dos países em desenvolvimento, em especial do Brasil (ANUALPEC, 2014). Isto reforça a posição do país como grande produtor de carne bovina em nível mundial.

O Brasil liderou as exportações mundiais de carne bovina em 2014 totalizando US\$7,2 bilhões de carne bovina exportada, o que corresponde a 1,56 milhões de toneladas (ABIEC, 2016). O gráfico 2 apresenta a evolução das exportações brasileiras de carne bovina de 2000 a 2014.

Gráfico 2: Evolução das Exportações Brasileiras de Carne Bovina *in natura* e industrializada, 2000-2014 (em milhões de toneladas)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da ABIEC, 2016.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

O gráfico 2 evidencia a evolução positiva das exportações de carne bovina brasileira até 2006, quando então este segmento vivenciou uma queda expressiva, retomando o crescimento apenas em 2012. Pode-se atribuir esta diminuição a alguns fatores, dentre eles os surtos de febre aftosa no estado do Mato Grosso do Sul em 2005, o que resultou em embargo às exportações brasileiras de carne bovina para a União Européia (UE)(CYRILLO; FURQUIM, 2012). No decorrer de 2007 as exportações de carne bovina para a UE também foram suspensas devido a questões sanitárias, refletindo na quantidade exportada deste produto em 2008.

O país se destaca no mercado de carne bovina tanto em excelência no controle sanitário quanto à utilização de tecnologias que asseguram produtividade e qualidade do produto.

O principal importador individual da carne bovina in natura brasileira, em quantidade, em 2014 foi a Rússia, com um total de 310.058 mil toneladas, seguido por Hong Kong que importou 260.242 mil toneladas da carne brasileira neste mesmo ano (ABIEC, 2016). A partir de 2004 a Rússia se consolidou como o maior importador da carne bovina in natura brasileira de forma regular.

No que se refere à carne industrializada, o principal importador é o Reino Unido, com um total importado de 30.383 mil toneladas em 2014, seguido dos Estados Unidos, com um montante de 21.354 mil toneladas.

3.3 Determinantes das exportações Brasileiras de Carne Bovina

Para Jank & Nassar (2000), o agronegócio brasileiro foi marcado por quatro significativas mudanças institucionais na década de noventa, dentre elas: a abertura da economia, a desregulamentação dos mercados, a crise das formas tradicionais de intervenção dos mercados e a formação de blocos econômicos.

Neste contexto, a formação de blocos econômicos trouxe mudanças nas relações de competitividade entre países dentro e fora do bloco, de um lado, através do mecanismo de proteção tarifária, e, por outro lado, pela imposição de barreiras não-tarifárias.

Durante a Rodada Uruguaia do General Agreement on Trade and Tariffs (GAAT), foi criado o Agreement on Sanitary and Phytosanitary (SPS), ou Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Miranda et al (2004) explicam que este acordo se aplica a todas as medidas sanitárias e fitossanitárias que possam afetar o comércio, de forma direta ou indireta, e estabelece que os países tenham o direito de adotar medidas sanitárias e fitossanitárias que sejam necessárias para a proteção da vida ou saúde humana, animal ou vegetal, desde que tais medidas não sejam inconsistentes com os princípios do Acordo.

Conforme Miranda et al (2004), os membros signatários do Acordo SPS comprometeram-se em seguir os procedimentos de avaliação de risco e as orientações seguidas internacionalmente, bem como promover uma extensa harmonização das medidas adotadas individualmente, com base nos padrões internacionalmente reconhecidos por três organizações internacionais: Codex Alimentarius (CODEX) para medidas de segurança alimentar; a Organização Internacional de Epizootias (Office International – OIE) para as medidas de saúde animal; e a Convenção Internacional para Proteção Vegetal (International Plant Protection Convention – IPPC) para medidas de saúde vegetal. Essas organizações internacionais são consideradas como provedoras dos padrões recomendados nas respectivas áreas de atuação, sendo que um país que adote suas recomendações estaria em conformidade com o Acordo.

Segundo Miranda et al (2004, p. 32), “A febre aftosa afeta o comércio de carne no hemisfério ocidental”. Desta forma, países livres da doença, como Canadá, Estados Unidos e México, impõem

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

restrições à importação de carnes de países que não erradicaram totalmente a doença de seus territórios, como têm ocorrido com o Brasil e Paraguai. Outro empecilho às exportações brasileiras de carne bovina é a BSE, ou seja, Encefalopatia Espongiforme Bovina, mais comumente conhecida como a “doença da vaca louca”.

Conforme dados da ABIEC (2016) até o ano de 2007 o Brasil não recebia a classificação da OIE no tocante ao risco de BSE no país. Desta forma, os países que importavam produtos de origem animal brasileiro deveriam analisar os riscos da doença e optar por adquirir ou não os produtos. Durante a 75ª Sessão Geral da OIE, realizada em março de 2007, o Brasil conseguiu conquistar a primeira classificação como um país de “Risco Controlado”.

A UE é um dos principais importadores de carne bovina brasileira. Com o objetivo de garantir as exportações para este mercado, o MAPA criou em janeiro de 2002 o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - Sisbov.

Conforme Cyrillo e Furquim (2012), o Sisbov possui uma estrutura adequada às exigências do mercado europeu, diminuindo assimetrias de informação e incertezas, bem como beneficiando as negociações mais rentáveis acerca de um produto diferenciado. Percebe-se que este sistema, da maneira como está estruturado no Brasil, tende a ser executável principalmente pelos produtores e frigoríficos mais capitalizados e que possuem como foco a exportação para mercados europeus.

A rastreabilidade tem sido interpretada como uma forma organizacional que permite a estreita ligação de todas as etapas da cadeia agroalimentar, do produtor ao consumidor final, permitindo traçar etapas anteriores, até a origem do produto, seu histórico e seus componentes (MACHADO E NANTES, 2004). Na prática, a rastreabilidade é um sistema que envolve custos elevados, pois exige controles e certificações em um ou mais elos da cadeia produtiva.

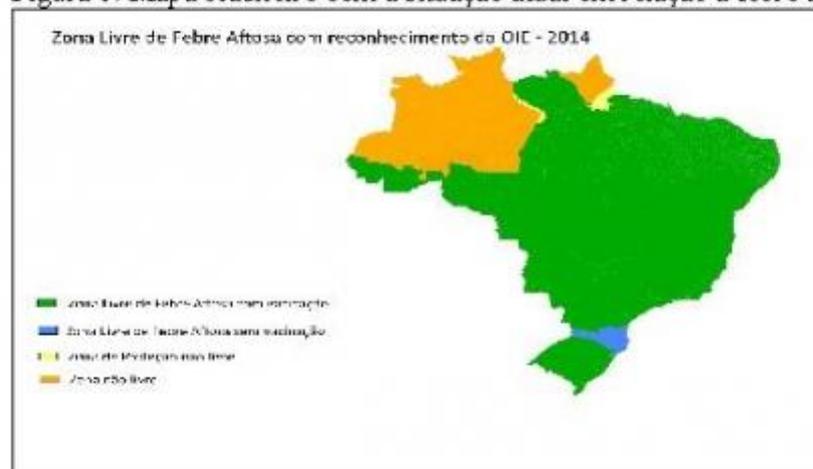
O embargo ocorrido em 2005 sobre as exportações brasileiras de carne bovina devido aos surtos de febre aftosa identificados no Mato Grosso do Sul comprometeram as exportações brasileiras deste produto. Um ponto importante a ser evidenciado é que mesmo o problema da febre aftosa tendo ocorrido no período em que o SISBOV já estava vigente, a adesão a este sistema era pouco significativa, tendo apenas 0,03% do total de cabeças de gado rastreadas em 2006 (CYRILLO; FURQUIM, 2012).

Com o objetivo de controlar e erradicar a febre aftosa o governo brasileiro, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e contando com a participação dos serviços veterinários estaduais e do setor agropecuário desenvolveu em 2007 o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção de Febre Aftosa (PNEFA). O objetivo deste programa é a implantação progressiva e a manutenção de zonas livres desta doença, conforme diretrizes da OIE (MAPA, 2016). O PNEFA é executado pelos diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial, além de ter participação do setor privado. Já no âmbito estadual a responsabilidade fica a cargo do governo estadual, sendo este representado através das secretarias estaduais de agricultura e instituições a elas vinculadas.

Na figura 1 pode-se observar o mapa brasileiro com a situação atual em relação à febre aftosa, de acordo com a OIE.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Figura 1: Mapa brasileiro com a situação atual em relação à febre aftosa



Fonte: MAPA, 2016.

Conforme podemos visualizar no mapa acima, o controle vacinal do rebanho bovino brasileiro está muito bem organizado por toda a região prevista, sendo que já em 2010 o registro da cobertura vacinal já se encontrava no patamar de 98,2% (ABIEC, 2016).

De acordo com Brum et al (2013), apesar das restrições impostas pelos países importadores à carne bovina brasileira, o volume total das exportações brasileiras no período de 1995 a 2010 não foi afetado e as taxas de crescimento foram positivas. Este desempenho pode ser atribuído, por um lado, às vantagens competitivas próprias do Brasil na produção de carne bovina. O país conseguiu se reorganizar com novas estratégias e vem superando a imposição destas barreiras impostas pelos países importadores e se empenhando para abertura de novos mercados para este produto.

4. CONCLUSÃO

O Brasil detém o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, com aproximadamente 209 milhões de bovinos (ABIEC, 2016) e também ocupa posição de destaque no cenário mundial atuando em menos da metade do mercado global. Os Estados Unidos e o Japão não importam carne in natura do Brasil em função das barreiras impostas, somente industrializada.

Neste sentido percebe-se que existe uma grande parcela deste mercado a ser explorada e o país tem potencial para suprir a demanda por este produto. Os mercados emergentes são muito promissores, com destaque para a China, que em julho de 2014 retirou o embargo à carne brasileira (ANUALPEC, 2014). Levando em conta que os principais concorrentes brasileiros, em nível mundial, seguem com a produção estagnada, como é o caso dos EUA, Europa, Argentina, Uruguai e Austrália, as perspectivas para o setor exportador de carne bovina brasileira são promissoras.

Existe uma preocupação mundial com a segurança alimentar, onde os diversos países que importam carne bovina vêm impondo restrições a este produto. A febre aftosa se constitui como uma das

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

principais causas da insegurança dos importadores e sua ocorrência pode trazer desestabilização para a cadeia de carne bovina. No entanto, o país conseguiu se reorganizar nos últimos anos e ultrapassar o bloqueio das barreiras não-tarifárias enfrentando os problemas existentes e aumentando os esforços para conquistar novos mercados. Além disso, o país vem aumentando a competitividade e eficiência e utilizando instrumentos e ferramentas de comercialização, o que cada vez mais consolida sua posição frente aos concorrentes internacionais nas exportações de carne bovina.

5. Palavras-chave: carne bovina, barreiras não tarifárias, exportações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE (ABIEC). Disponível em: <http://www.abiec.com.br/41_exportacao_ano.asp> Acesso em: 10 jun. 2016.

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA 2014-2015. Disponível em: http://www.grupogaz.com.br/editora/anuarios/lista_categoria/cat:22. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRUM, A. et al. Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias: algumas considerações sobre as exportações brasileiras de carne bovina. In: 51º Congresso da SOBER, Belém – PA, 2013.

CYRILLO, D. C. FURQUIM, N. R. Exportações de carne bovina: uma análise acerca da eficácia do sistema de rastreabilidade implantado na cadeia produtiva no Brasil. Revista de Economia e Administração, v.11, n.4, 482-505p, out/dez.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

JANK, M. s.; NASSAR, A. M. Competitividade e globalização. In: ZYLBERZTAJN, D. e NEVES, M. F. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Thonsom Pioneira, 2000.

MACHADO, J. G. C. F.; NANTES, J. F. D. A visão institucional do processo de rastreabilidade da carne bovina. In: 1o. Congresso Luso-Brasileiro de Tecnologias de Informação e Comunicação na Agropecuária, 2004, Santarém - Portugal. Anais do 1o. Congresso Luso-Brasileiro de Tecnologias de Informação e Comunicação na Agropecuária, 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Secretaria de Produção e Comercialização. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 12 jun.2016.

MIRANDA, S. et al. Normas Sanitárias e Fitossanitárias: proteção ou protecionismo. Informações Econômicas, SP, v.24, n.2, p.25-35, fev.2004.

PROCÓPIO, D. CORONEL, D. LIRIO, V. Competitividade do Mercado Internacional de Carne Bovina uma análise dos mercados brasileiro e australiano. Revista de Política Agrícola. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/58>. Acesso em: 12 jun. 2016.